

# A UTILIZAÇÃO DAS IMAGENS FOTOGRAFICAS DE CRIANÇAS NAS PROPAGANDAS GOVERNAMENTAIS NO PERIODO DO ESTADO NOVO (1937-1945) NO PIAUI

*THE USE OF PHOTOGRAPHIC IMAGES OF CHILDREN IN GOVERNMENT  
ADVERSEMENTS DURING THE NEW STATE(1937-1945) IN PIAUI*

Joseanne Zingleara Soares Marinho\*

**RESUMO:** O artigo tem o objetivo de analisar a utilização da imagem da criança em fotografias de reportagens que faziam propagandas de ações dos governos central e local, no período do Estado Novo no estado do Piauí. Esse tipo de propaganda política funcionava para os poderes políticos promoverem a esperança na concretização de um projeto de progresso para o país em um futuro próximo por meio do investimento na proteção da infância. Foi realizado o estudo de um grupo específico de fotografias incluídas em reportagens envolvendo a questão infantil com relação à medidas protetivas estatais nas áreas da saúde, da educação e da assistência, sendo que estas foram veiculadas no Jornal Diário Oficial do Piauí. A metodologia que foi utilizada envolve principalmente a dimensão social de análise de imagens, porém, para que se possa atingir o objetivo do artigo, também serão utilizadas as abordagens formal e semântica. Vários autores foram utilizados nas referências teórico-metodológicas de análise de imagens, entre eles podemos destacar: Freitas (2004), Sorlin (1994) e Mauad (1996). O estudo realizado nesse artigo permitiu perceber que os poderes públicos na época do Estado Novo no Piauí pretendiam promover a ideia de proteção da criança por meio de suas imagens fotográficas, sendo que esse artifício foi uma das várias formas encontradas de legitimação do seu poder ditatorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças. Imagens fotográficas. Estado Novo.

**ABSTRACT:** The article aims to analyze the use of child's image in photographs of reports that were advertisements of actions of central and local governments, period of the New State in the state of Piauí. This kind of propaganda worked to promote the political powers in the hope of achieving a project progress for the country in the near future by investing in child protection. The study of a specific group of photographs included in reports involving child issue with respect to state protective measures in the areas of health, education and assistance was made, and these were conveyed in the Official Gazette of Piauí. The methodology that was used primarily involves the social

---

\* Professora Assistente da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - UFPI e discente do Curso de Doutorado em História da Universidade Federal do Paraná- UFPR. Artigo enviado em: 16/04/2014 e aceito para publicação em: 24/09/2014. E-mail: [joseannezsm@gmail.com](mailto:joseannezsm@gmail.com)

dimension of image analysis, however, so you can achieve the objective of the article will also be used formal and semantic approaches. Several authors have been used in the theoretical-methodological references of image analysis, among them we can highlight: Freitas (2004), Sorlin (1994) and Mauad (1996). The study in this article allowed to realize that the public authorities at the time of the New Piauí State intended to promote the idea of child protection through their images, and this device was one of several forms found for legitimizing his dictatorial power.

**KEYWORDS:** Children. Images. New State.

### *Introdução*

A visão governista que consagra a Revolução de 1930 como um novo ponto de partida rompe definitivamente com o passado e com os erros da República Velha à medida em que inaugura o projeto político revolucionário das elites vitoriosas. Depois disso, geralmente, o fato que é concebido como novo ponto de referência é o golpe de 1937 que instaura o Estado Novo com a proposta de fundação de um novo Estado que significaria um outro começo para o país. Assim, os acontecimentos de 1937 supostamente materializariam as possibilidades da efetivação deste projeto revolucionário, entendido como transformador da fisionomia econômica, social e política do país, que se tornaria uma verdadeira nação.

Os representantes do poder constituído a partir do Estado Novo buscaram o apoio de setores mais amplos da sociedade através de estratégias variadas, sendo que uma delas era a utilização das imagens de crianças em propagandas veiculadas em jornais escritos. Esse tipo de propaganda política servia para promover a esperança na concretização de um projeto de desenvolvimento para o país em um futuro próximo por meio do investimento em medidas que tivessem como foco a proteção da infância.

A utilização das imagens fotográficas de crianças em reportagens sobre o governo do Estado Novo, divulgadas no Jornal Diário Oficial do Piauí, são constantes no período de 1937 a 1945. Elas funcionavam para promover a confiança do povo no novo governo que defendia o ideário de encaminhar o país na direção do progresso. Dessa forma, o governo estadual piauiense esteve de acordo com o projeto nacional varguista defendido para o Brasil, pois objetivava mostrar nas fotografias utilizadas que as decisões tomadas quanto ao investimento na infância nos setores da educação, da

saúde e da assistência à pobreza estaria encaminhando para um novo começo que seria promissor para a história do país.

### *A relevância da propaganda política divulgada na imprensa durante o governo varguista*

Com a instalação do Estado Novo ocorreu a consolidação de uma política de massas que vinha sendo articulada desde a década de 1930. Segundo Capelato (2007), a partir do golpe de Estado os governos buscaram legitimação por meio de propagandas veiculadas pelos meios de comunicação. Estes ficaram impedidos de externar opiniões contrárias ao regime, sendo que deveriam enaltecer as ações governamentais e divulgar o ideário do governo varguista. Cabia a exaltação do chefe de Estado como defensor dos oprimidos, conciliador dos conflitos sociais e realizador do progresso material. Para isso, as ações do governo eram enaltecidas nos campos da legislação social, da organização da máquina estatal e das realizações materiais.

Mas, no período anterior ao Estado Novo o governo já tinha preocupação com a organização da propaganda do regime e a censura dos meios de comunicação. Foram criados o Departamento Nacional de Propaganda, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural e, por fim, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939. Foi com o Estado Novo que as ações da censura e da propaganda foram melhor sistematizadas e intensificadas de modo a abranger todo o país. Em cada estado havia um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda que estava subordinado ao órgão central. Segundo Velloso (2007), essa estrutura centralizada permitia ao governo exercer controle eficiente da informação, assegurando considerável domínio da vida cultural do país.

O DIP tinha as funções de centralizar, orientar, coordenar e superintender a propaganda nacional interna e externa, sendo que cabia a esse órgão o patrocínio e a promoção de festividades cívicas, exposições sobre as realizações do governo, cartilhas e documentários, sendo que também realizava a censura do cinema, do teatro, do rádio, da literatura, das atividades recreativas e desportivas, além da imprensa. Com essa estrutura, a propaganda oficial alcançou um nível de organização e produção sem precedentes no Brasil e passou a desempenhar importante papel na defesa do regime estadonovista.

Mas, é importante destacar que “No varguismo, o esforço de politização, de eliminação de vozes discordantes e de penetração em todos os setores realizou-se sobretudo através da imprensa periódica e, em menor medida, através do rádio” (CAPELATO, 1999, p. 173). A imprensa foi controlada e manipulada no Estado Novo, sendo que os jornais somente poderiam exercer suas atividades se conseguissem registros concedidos pelo DIP, e as atividades dos profissionais ficaram igualmente sob controle. Existia uma vinculação entre a censura e a propaganda, pois as atividades de controle impediam a divulgação de certos assuntos e notícias que mostrassem ou sugerissem descontentamento ou oposição ao regime, bem como temas relativos a problemas econômicos, e além disso, impunham a difusão de outros assuntos que estivessem adequados aos interesses do regime. Com isso, os jornais eram obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a divulgar inaugurações e atos do governo, bem como demonstrar o desenvolvimento do país em números.

### *A utilização das fotografias nas propagandas políticas do Estado Novo*

Os discursos escrito e oral foram utilizados de forma ampla na para divulgar uma imagem positiva do regime. Segundo Lacerda (1994), no Estado Novo tais discursos foram conjugados a outros, como os discursos visuais do cinema e da fotografia.<sup>81</sup> Isso permitia a produção de um novo sentido para a mensagem veiculada. Uma explicação seria que o emprego de novos meios de comunicação de massa eram eficazes para a persuasão da população, incapaz de racionalização, e vulnerável de ser conduzida por outros apelos, como a emoção e a intuição. Mas, no caso da fotografia, outras motivações podem ser levantadas:

O uso privilegiado das imagens fotográficas no Brasil revela uma preferência por uma representação mais realista da realidade, que talvez possa ser explicada como um traço da cultura política brasileira, fortemente marcada pelo positivismo. [...] Mas a explicação também pode ser buscada na ênfase que o Estado Novo atribuiu às realizações materiais, meta primeira do governo para concretização do progresso. (CAPELATO, 2009, p. 55)

---

<sup>81</sup> A difusão da técnica fotográfica e a diversificação de seus usos e de suas funções na segunda metade do século XIX possibilitaram que trabalhos fotográficos fossem encomendados pelo governo brasileiro. Mas, segundo Lacerda (1994), a questão documental dessas fotografias era preponderante, pois o objetivo era muito mais realizar um inventário das belezas naturais, dos acontecimentos importantes e das transformações urbanas do que utilizar essas imagens como propagandas de governo.

Foi a partir da Revolução de 1930 que a utilização das fotografias pelos governos passou a sofrer mudanças, sendo que culminaram, durante o Estado Novo, na utilização intensa das fotografias na propaganda governamental. As propagandas deveriam não somente serem realizadas de forma sistemática, como incluir na sua produção as possibilidades oferecidas pelas novas técnicas de persuasão e pelos inventos modernos, entre os quais incluía-se as imagens fotográficas, assim, é que devem ser considerados “[...] os efeitos ideológicos produzidos pela imagem fotográfica, tanto pela expressão estética embutida neste tipo de imagem, quanto pelo seu conteúdo.” (MAUAD, 1996, p. 3)

Segundo Capelato (2009), para buscar a legitimidade das massas o varguismo utilizou símbolos e imagens na luta pela manutenção do poder. Certos temas eram constantemente explorados nas imagens fotográficas utilizadas nas reportagens dos jornais que promoviam a propaganda do regime. Entre eles estão o amor à pátria, os trabalhadores, os representantes da Igreja Católica, as autoridades políticas, além da figura de Vargas, um dos símbolos mais explorados nas representações fotográficas do Estado Novo, seja de forma direta, com sua imagem, ou seja de forma indireta, através das realizações governamentais.

### *A utilização de imagens fotográficas de crianças nas propagandas governamentais do Piauí*

Ao realizar uma pesquisa no Jornal Diário Oficial do Piauí,<sup>82</sup> em circulação naquele estado durante o período ditatorial de Vargas, foi possível observar que, além dos temas fotográficos já mencionados que constantemente aparecem nas propagandas do regime em âmbito nacional, também é recorrente a utilização das imagens infantis. Para a análise foram escolhidas oito fotografias, por serem indicativas de temas que exploram a imagem da criança como futuro do Brasil nas reportagens que fazem propagandas do Estado Novo, tornando-se recorrentes no referido jornal: Vargas como pai dos brasileiros, a criança e a assistência à saúde, a criança e a educação pública, além da criança e a benemerência.

---

<sup>82</sup> No período do Estado Novo outros jornais que existiam no Piauí tiveram as licenças de funcionamento suspensas, assim apenas o Jornal Diário Oficial passou a circular com regularidade em todo o estado.

É relevante destacar que, na utilização dessas fotografias, fica bastante clara a intenção dos governos central e local em atribuir uma visão que, segundo Mauad (1996), era típica do século XIX, na qual a imagem fotográfica assume o caráter de prova irrefutável do que realmente teria acontecido, transformando-se em reprodução e também perenização do real. No entanto, o que queremos observar é que essas fotografias de crianças eram muito mais do que cópias da realidade, pois elas devem ser entendidas como resultado de uma reelaboração do vivido, como versões deliberadamente construídas do real, assim é possível entender “[...] que a imagem não é digna de crédito, ela é mentirosa e, devemos admiti-lo, ‘enganosa’. Todavia, a imagem é fonte da história [...]” (SORLIN, 1994, p. 11). Dessa forma, como fonte histórica a fotografia demanda do historiador um tipo bastante específico de crítica, pois ela deve ser considerada como índice que informa sobre variados aspectos do passado, mas também como símbolo daquilo que foi estabelecido como a única imagem que deveria informar e ser guardada para o futuro.

O grupo de fotografias já referido foi analisado principalmente conforme a abordagem social, que de acordo com Freitas (2004), identifica a imagem enquanto artefato que, como resultado de um trabalho, percorreu instituições e instâncias, foi vista e revista por pessoas de variados grupos sociais, engendrou um circuito de relações e acabou produzindo certos valores. Nesse sentido, a dimensão social das imagens pode informar sobre o estatuto dos discursos, remetendo aos espaços materiais e simbólicos, mas também permite certa compreensão das funções da imagem, ao possibilitar percebê-la no cumprimento de certos papéis. No entanto, para que se possa atingir o objetivo do artigo, também serão utilizadas as abordagens formal e semântica dessas imagens, pois entendemos que:

A compreensão do funcionamento de uma imagem artística depende não somente do relato de sua circulação e dos seus efeitos [...] mas sobretudo de uma integração dialética entre essa rede de acontecimentos sociais e as propriedades basicamente visuais de cada imagem; depende [...] que se entenda a imagem visual como um signo – uma função sígnica –, ou seja, como um circuito de relações entre uma forma e um conteúdo cultural. (FREITAS, 2004, p. 14)

Antes de analisar as imagens em questão, é relevante entender como a criança adquiriu esse estatuto de relevância durante o Estado Novo.<sup>83</sup> Nesse sentido, a infância como assunto de governo não era uma questão nova, pois delineava-se de forma cada vez mais intensa, principalmente a partir de meados do século XIX, uma posição de relevância para o assunto. O modo de conceber a infância adquiriu significados renovados e uma dimensão original no mundo ocidental em meio ao contexto das grandes transformações que marcaram a fase capitalista industrial do século XIX. Assim, além da ser objeto de interesse, de preocupação e de ação no âmbito privado da família e da Igreja, também tornou-se uma questão de cunho social e competência administrativa do Estado. Essa mudança tornou gradativamente os filhos, o centro da atenção da família, e as crianças, o recurso mais precioso do país.

O período que se estende até as primeiras décadas do século XX foi marcado pela discussão de idéias, iniciativas autônomas dos estados brasileiros e preparação para a sistematização do amparo infantil em âmbito nacional. Mas, segundo Besse (1999), foi a partir do Estado Novo que o governo teve condições de realizar a organização administrativa centralizada, o planejamento nacional de medidas protetivas e a efetivação de ações de proteção à criança no país. Isso ocorreu por meio de medidas de assistência aos desvalidos, de fornecimento amplo de educação primária e de fornecimento de serviços de saúde. Tal condição foi resultado de um processo de governamentalização que tinha o objetivo de atingir toda a sociedade e, para isso, instituiu o paternalismo assistencial. Naquele momento em que uma parcela do mundo era centralizadora e disciplinar, precisavam ter emergência variadas formas de controle social.

Assim, esse projeto da proteção infantil não surgiu nos anos 1930 e 1940, ele é resultado de um ideário engendrado durante o Período Imperial que sobreviveu à instauração da República, sendo sistematizado e operacionalizado no período do Estado

---

<sup>83</sup> A separação nítida entre os universos infantil e adulto teve início no século XVII, quando passou a ser forjado um sentimento de infância. “Essa volta das crianças ao lar foi um grande acontecimento [...] A criança tornou-se um elemento indispensável da vida quotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. Ela não era ainda o pivô de todo o sistema, mas tornara-se uma personagem muito mais consistente [...] A família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário de pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças mais do que a família.” (ARIÈS, 2006, p. 189).

Assim, esse projeto da proteção infantil não surgiu nos anos 1930 e 1940, ele é resultado de um ideário engendrado durante o Período Imperial que sobreviveu à instauração da República, sendo sistematizado e operacionalizado no período do Estado Novo. O que é novidade são as ações de proteção, bem como a utilização da representação visual da infância na propaganda de governo. Nesse sentido, é que a idealização do presidente Vargas como um defensor das crianças e, conseqüentemente, do Brasil, fazia parte desse contexto. Tal idéia era reproduzida pela imprensa da época, como se vê de forma emblemática na fotografia 01. Essa imagem fazia parte de uma reportagem sobre as comemorações da Semana da Criança em Teresina, capital do Piauí, no ano de 1943, e foi veiculada com destaque na primeira página do *Jornal Diário Oficial*, juntamente com outras imagens com o mesmo tema:



Fotografia 01- Getúlio Vargas com criança  
Fonte: (SEMANA da criança, 1943, p.1)

Ao deixar-se fotografar realizando esse ato, o presidente reiterava, de forma simbólica, a sua intenção de defender a infância, que, segundo o seu projeto de governo, seria a base para o progresso da pátria, ou seja, era o futuro do Brasil que ele segurava com cuidado nas mãos, pois as idéias modernizadoras preconizavam que as crianças eram importantes para a perpetuação da pátria e a sua glorificação. Assim, a proposta de salvação da criança confundia-se com a proposta de salvação do país, que precisava ser moldado como se faz com uma criança. Segundo Capelato (2007), nas representações do Estado Novo a ênfase no novo era constante, daí a utilização da criança, pois o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. Havia um intenso contraste entre o antes, representado de forma negativa e o depois, que prometia um futuro de desenvolvimento. Era necessário reafirmar a confiança no regime político e inculcar esperança na renovação do país. Outra leitura que pode ser realizada dessa imagem é a reprodução da ideia de Vargas como “pai da nação”, deixando implícita para os leitores do jornal a autoridade do líder do Brasil como pai, e do povo como criança, representando a incapacidade de escolha e fundamentando a continuidade do período autoritário no país.

Desse modo, todos os piauienses deveriam reverenciar o líder carismático, porque ele havia supostamente inaugurado as bases sustentadoras para uma nova fase que significava uma evolução definitiva e contínua, cujo objetivo era alcançar o desenvolvimento da nação. Esse tipo de posicionamento veiculado sobre Getúlio Vargas, certamente contribuía para construir a imagem heróica do presidente do país em uma época ditatorial de seu governo em que era importante o reconhecimento popular. Esse tipo de representação de Getúlio Vargas com crianças é recorrente na imprensa piauiense na época estadonovista, e um outro exemplo disso é a fotografia a seguir, ela também foi produzida no contexto das comemorações da Semana da Criança em Teresina, mas no ano de 1944, e ocupou quase toda a página inicial do jornal oficial do Estado:



Fotografia 02 - Presidente com criança nos braços  
Fonte: (SEMANA da criança, 1944, p. 1)

Na fotografia 02 podemos observar o chefe da nação segurando nos braços um bebê que era o melhor exemplo de desenvolvimento infantil para a época: gordinho e saudável. Além disso, abaixo dessa fotografia, pode ser lida a seguinte legenda: “O Presidente Vargas adora as crianças, considerando os bebês um dos maiores encantos da vida.” Certamente essa utilização da representação infantil era também uma forma de promover uma visão mais humana do líder autoritário, que aparece muito sorridente e sem explicitar constrangimento, impaciência ou qualquer esforço, em uma supostamente sincera expressão de sua personalidade, embora o bebê não estivesse aparentando gostar da situação. Esse tipo de artifício visual fazia com que fossem estabelecidas relações e criadas afinidades com aquele público que eventualmente consumia uma imagem como essa.

O objetivo era, então, de despertar amor pelo chefe de Estado, pois propagandas desse tipo também explicitavam um caráter de convencimento ao atuarem de forma a incentivar as sensibilidades, promover empatia e mesmo provocar paixões. Esse tipo de atitude emocional era requerida do povo, principalmente naquele momento específico dos últimos anos do Estado Novo em que Vargas vinha perdendo força política e

passava a sofrer com pressões e críticas de vários setores sociais do país. Entretanto, podemos observar também que essa fotografia deve ter provocado formas de recepção diferentes nos leitores, pois “[...] ser sensível a uma foto significa estar atento, mas não necessariamente tornar-se vítima daquilo que se vê. Não significa, necessariamente, aderir.” (SORLIN, 1994, p. 8).

É importante observar que esse pode ser um exemplo de fotografia produzida pelo governo central com o objetivo de tornar suas realizações, e nesse caso mais específico, tornar a figura construída de chefe carismático de governo realmente presente em todo o país, inclusive no Piauí. Segundo Capelato (1999), nos estados brasileiros mais da metade das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional, órgão da divisão de divulgação do DIP, que atuava junto à imprensa nacional e também estrangeira. Entre os serviços de imprensa que realizava, esse órgão possuía um arquivo de fotografias e fornecia cópias para os jornais do país e, claramente entre eles estava o jornal piauiense, além de também estar disponível para consulta de correspondentes estrangeiros.

Já a fotografia 03 faz parte de uma reportagem sobre um concurso de robustez infantil ocorrido no Lactário Suzanne Jacob, estabelecimento filantrópico de alimentação infantil, localizado na cidade piauiense de Parnaíba, em 1942. Podemos observar que essa montagem é composta por duas fotografias posadas. Estavam presentes políticos, médicos e empresários, os idealizadores e patrocinadores do evento, que ocupam a posição superior, e as mães pobres com os bebês vencedores, ocupando a parte inferior da composição:



Fotografia 03 - Concurso de robustez infantil  
Fonte: (CONCURSO de robustez infantil, 1942, p.16)

Uma leitura que pode ser feita desse tipo de representação é que a forma de organização das imagens remete à diferença econômica, intelectual e de gênero existente entre os representados, simbolizando a desigualdade existente na própria sociedade em que viviam. Na parte superior estão retratados os homens letrados, poderosos politicamente e representantes da elite que planejavam e executavam as ações de proteção da infância e, no segmento inferior, estão retratadas as mulheres desvalidas e sem instrução, que eram alvo das as políticas públicas de saúde juntamente com os seus filhos durante o Estado Novo.

Segundo Campos (2006), a reforma política ocorrida nesse período desencadeou a política de saúde pública varguista, consolidando uma estrutura administrativa centralizada e afinada com o regime autoritário. O sistema passou a depender principalmente do poder federal, com a parceria de estados e municípios, e não excluía a participação privada. Dessa forma, os concursos de robustez infantil faziam parte de uma política nacional de saúde. Para a realização do projeto de desenvolvimento do Brasil, que tornava a infância o recurso mais importante da nação, era imprescindível a doação das mulheres no cumprimento responsável de suas funções maternas, assim justifica-se a presença das mães na fotografia 03.

O Estado Novo fundamentou-se principalmente na medicina, utilizando a seu favor a concepção de verdade comprovada desse conhecimento científico. Assim, as mulheres deveriam ser incluídas na concretização desse projeto de defesa da infância porque caberia à elas a função de exercer a maternidade de forma competente, a qual não poderia sustentar-se apenas no instinto. Os médicos foram os grandes colaboradores dessa proposta junto aos governos, sendo que defendiam que as mulheres precisavam de uma “[...] compreensão racional e ‘científica’ do desenvolvimento infantil e dos modernos princípios da higiene para que pudessem cumprir seu novo dever patriótico [...]” (BESSE, 1999, p. 109). Essa suposta missão das mães era parte importante de um planejamento no qual a ação civilizadora dos médicos resultou em um projeto de “[...] reorganização da sociedade, visando a produzir indivíduos saudáveis no corpo e no espírito, capazes de efetuar transformações não apenas em suas vidas particulares, mas no destino do país”. (MARTINS, 2004, p. 217). Isso justificava a transformação da criança em elemento-chave do projeto político de construção nacional, que contava com a parceria dos médicos, sendo que as mães deveriam tornar-se os instrumentos, conforme a representação de todos esses personagens abaixo:



Fotografia 04- Participantes e avaliadores de concurso de robustez infantil  
Fonte: (SEMANA da Criança, 1944, p. 3)

A fotografia 04 mostra uma imagem resultante de um arranjo encenado de um concurso de robustez infantil ocorrido nas dependências da Escola Normal Oficial <sup>84</sup> durante as inúmeras comemorações da Semana da Criança de 1944 em Teresina. Nesta ocasião houve uma extensa e diversificada programação que incluiu eventos como: sessão solene de abertura, palestras de médicos e professores em prol da proteção e do zelo com a infância, campanha de obtenção do registro civil de nascimento, entrega de

---

<sup>84</sup> Principal instituição pública que ofertava o Curso Normal no Piauí. Era também espaço privilegiado onde ocorriam diferentes eventos educativos que eram promovidos, coordenados ou supervisionados pelo Estado.

presentes a crianças carentes por senhoras da Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>85</sup>, entre outras ações.

Nessa fotografia, além do foco ser as mães com as crianças, também é possível visualizar a presença de profissionais de saúde, mais especificamente dois médicos pediatras e uma enfermeira. A presença destes elementos justifica-se porque cabia aos médicos, auxiliados pelas enfermeiras, a avaliação da saúde das crianças que concorriam nesse tipo de concurso. Para isso, todos os participantes deveriam passar por medições de tamanho e também teriam que ser pesados de acordo com os padrões pediátricos estabelecidos, além disso deveriam ser avaliadas a dentição, a higiene e o desenvolvimento motor adequado, ações que revelariam o estado geral de saúde da criança no final da avaliação. Esse tipo de evento, promovido nesse caso específico pelos governos central e local, justificava-se porque, para além da medicina clínica propriamente dita, a saúde pública também incluía já naquela época a medicina preventiva. Nesta questão reside um aspecto de importância para a análise das ações políticas implementadas no campo da saúde pública no Brasil, sendo que em torno das concepções de prevenção, definiram-se estratégias de ação, que por sua vez, tornavam-se de grande relevância devido à práticas de medicina popular realizadas por parentes, vizinhas e conhecidas, além da ação de parteiras e rezadeiras, todas elas bastante criticadas pelos médicos e governos da época por, supostamente, utilizarem conhecimentos baseados na superstição e na ignorância, servindo para comprometer a saúde e mesmo a vida das mães e de seus filhos.

Aparentemente, de acordo com aquilo que é mostrado na fotografia 04, esse tipo de concurso era popular e também concorrido devido à quantidade de pessoas presentes no local para disputar ou simplesmente assistir ao evento. As crianças vencedoras representavam aquelas que, na ocasião, mais se aproximavam do ideal de desenvolvimento saudável defendido pelos médicos. No Piauí, a questão do desenvolvimento infantil, de acordo com o padrão nacional, era problemático em virtude das condições de aplicação deficitárias das políticas públicas de assistência à saúde por causa das condições financeiras do estado, mesmo com a ajuda do governo

---

<sup>85</sup> A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão federal criado em 1942 e dirigido pela então primeira-dama, Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, mas acabou estendendo seu amparo aos necessitados em geral, entre eles destacavam-se as crianças.

central, e também devido à própria resistência das mães em cuidar dos filhos conforme as instruções dos médicos. Nesse sentido, esses concursos de robustez infantil tinham como finalidade a propagação dos padrões científicos na criação dos filhos, pois incentivavam as mães a seguirem os cuidados divulgados pelos profissionais de saúde.

As representações de crianças em escolas, e também de estudantes em eventos governamentais, sejam eles de significação nacional ou de representação local, também estão presentes de forma intensa nas fotografias que são usadas nas reportagens do Diário Oficial piauiense. Elas divulgavam a propaganda de relevância da educação infantil como uma solução dos problemas sociais que direcionariam para o progresso da nação, ideário que o Estado Novo queria que fosse reproduzido para a população, reiterando mais uma vez o estatuto de importância da criança no discurso político do regime ditatorial. Na fotografia 05 podemos visualizar alunos da Escola Modelo Artur Pedreira em uma apresentação de educação física durante a festa cívica do Dia da Bandeira em Teresina no ano de 1941:



Fotografia 05 - Alunos da Escola Modelo Artur Pedreira  
Fonte: (O DIA da Bandeira, 1941, p. 12)

Observando essa fotografia, podemos afirmar que o objetivo é mostrar as crianças em um momento de atividade física. Elas foram captadas pela máquina fotográfica em plena ação, desempenhando diferentes posições, gestos e expressões faciais de interesse, de alegria, de curiosidade e de excitação. Não parece haver a preocupação das crianças com a pose para o fotógrafo, pelo contrário, elas estão atentas aos movimentos da apresentação, por isso a novidade na execução dessa fotografia em relação às anteriores. Podemos entender que o objetivo com isso era causar impacto nos

leitores que iriam visualizar a fotografia, pois ela transmite vida, movimento e quase o barulho tão comum às crianças nessa faixa de idade. Isso certamente tornou o momento da fotografia mais presente e realista do que em imagens posadas, pois além de interagirem entre si, as crianças também interagem com o leitor, significando um recurso de captação da cumplicidade do receptor da imagem. Também podemos observar outro importante recurso, que é aquele que pode ser denominado de “sangramento” da fotografia, que ocorre quando a cena retratada acontece além da captura do fotógrafo e a ponto de extrapolar os limites das margens. Essa mensagem também chega ao leitor de forma direta, sendo quase um convite para participar da brincadeira das crianças.

É relevante destacar que a representação veiculada na imprensa era que a Escola Modelo Artur Pedreira era um estabelecimento estadual de referência no ensino primário, pois sua organização didática e administrativa estabelecia o padrão de funcionamento para as outras escolas que ofereciam a mesma formação, além disso, também era divulgada a ideia de que tratava-se de uma instituição de alto nível de ensino para crianças de setores pobres da população. Dessa forma, é que podemos entender a utilização da fotografia dos alunos dessa instituição para realizar a propaganda do poder público na área da educação primária no Piauí. Já a imagem fotográfica 06 representa de forma ainda mais direta o ideário do investimento em educação infantil como questão prioritária nos governos da ditadura varguista:



Fotografia 06- Inauguração de Jardim da Infância  
Fonte: (SEMANA do presidente, 1944, p. 2)

Essa composição de fotografias documenta a inauguração da escola de jardim da infância em Teresina. Na imagem superior estão retratados o Interventor Federal no Piauí, Leônidas de Castro Melo, e a primeira-dama e também presidente da LBA no estado, Maria do Carmo Melo, além de outras autoridades de variados setores sociais. Esse evento oficial fazia parte de uma série de festividades e inaugurações de obras que o governo do estado realizou para homenagear Getúlio Vargas durante a denominada “Semana do Presidente”, quando o chefe de Estado comemorava o aniversário de nascimento.

Durante o Estado Novo o projeto de governo para a educação era a expansão do ensino primário para todo o país. Dessa forma, as imagens de crianças usando uniformes de escolas ou presentes nos ambientes escolares, como nas fotografias 05 e 06, eram importantes para que os governos mostrassem para a população que esse projeto de desenvolvimento no futuro do Brasil, por meio do investimento na educação infantil, estava realmente sendo realizado, não sendo apenas uma promessa de governo, ou seja, essas fotografias representavam uma suposta materialização do real acerca desse projeto de governo.

Essa estratégia de propaganda que mostra as fotografias em reportagens no Piauí, traz muitas vezes também a divulgação de dados sobre a elevação das taxas de alunos matriculados, dos números de salas de aula e de oferta de escolas, bem como de disponibilidade de recursos amplos para investimentos na área. É importante observarmos que essas informações sobre a condição da educação do Piauí no Estado Novo eram disponibilizadas pelo governo local e os resultados apresentados eram sempre positivos. No entanto, as informações sobre a frequência e a evasão dos alunos, bem como o aproveitamento escolar não eram revelados nessas reportagens que faziam propaganda das ações dos governos. Nesse sentido, é que podemos problematizar a representação de desenvolvimento da educação primária infantil no Piauí, reproduzida nos textos e nas fotografias das reportagens do jornal da época. Esse tipo de estratégia denuncia a encenação das imagens realizada “[...] pelos modos de integração do fotógrafo na ação, pelo efeito de paragem da imagem, pelo papel da grande angular, etc., elementos que, conjugados ao texto impresso, produziram uma determinada versão dos fatos históricos que, pelo realismo fotográfico garantiriam o estatuto de verdade anunciada.” (MAUAD, 1996, p. 4).

A questão da assistência era um outro tema de propagandas que utilizavam o apelo da imagem infantil nos governos do Estado Novo. É importante destacar que essas ações eram geralmente realizadas pela LBA, sendo promovidas sob a chancela da interventoria piauiense. O objetivo desses eventos era principalmente de arrecadar ajuda financeira para propiciar alimentação, remédios, garantir condições de acesso à educação e à saúde, bem como de instrução moral para as crianças desvalidas. Na fotografia 08 está uma montagem de imagens de uma campanha benemérita da LBA realizada em Teresina no ano de 1941:



Fotografia 07- A Campanha da Solidariedade Infantil  
Fonte: (CAMPANHA da Solidariedade, 1941, p. 4)

Observando o conjunto de imagens que compõem a fotografia 07, podemos identificar a montagem fotográfica, que era um recurso bastante utilizado pelo Jornal Diário Oficial do Piauí. Com esse exemplar específico é possível entender que, com a nova técnica, as fotografias não eram convertidas apenas em provas do ocorrido, mas compunham uma narrativa daquilo que efetivamente aconteceu, oferecendo uma visão mais ampla pela justaposição de imagens. Pode-se observar que “Recorria-se à variação nos tamanhos e formatos das fotos em busca de movimento, explicitando o caráter de montagem através do recortes [...]” (LACERDA, 1994, p. 253).

A primeira fotografia da montagem mostra a autoridade episcopal da Igreja Católica piauiense em um momento de bênção, sendo captada pelo fotógrafo em momento de ação. Esse ato fornecia a chancela do poder espiritual para a realização da campanha de proteção infantil, bem como seu apoio ao governo constituído. Já a segunda fotografia mostra médicos pediatras da época que apoiavam a referida campanha e uma criança atendida pela LBA. A terceira imagem mostra um bolo com uma ilustração de um bebê, que é um padrão de desenvolvimento e de beleza infantil divulgado pelos médicos e defendido pelos governos. Interessante é observar que esta não é uma fotografia, mas uma pintura de criança, que mostra mais um projeto do que uma realidade para a época. O bebê tem uma fisionomia de súplica, isso pode ser

atestado pela expressão facial, bem como pelos braços levantados, e como se a imagem não bastasse, estão as seguintes frases: “Esta criança pede socorro” no espaço superior e “Negar-se-á você a dá-lo?” no canto inferior. Isso mostra como as propagandas políticas durante o período ditatorial do governo Vargas, inclusive aquelas que era realizadas pelos governos locais, atuavam de forma a incentivar as sensibilidades e provocar paixões, sendo que esses sentimentos são explicitamente manipulados. Os focos direcionados dessas emoções poderiam variar, e nesse caso específico era a criança pobre como objeto de compaixão e benemerência. Na imagem abaixo está mais um exemplo de recorrência da utilização da representação da assistência à infância desvalida:



Fotografia 08- Ação benemerita para alimentação infantil  
Fonte: (CASA da Criança, 1943, p. 1)

A fotografia 08 faz parte dos registros de uma solenidade de entrega de mamadeiras para alimentação infantil na Casa da Criança, instituição da LBA que funcionava em Teresina e que contava com subsídios do governo e de particulares, fornecendo serviços de creche, ambulatório de pediatria e puericultura, educação infantil e lactário, sendo que todos esses serviços estavam disponíveis para a população pobre. Nesse evento retratado estavam presentes em destaque a presidente da LBA e o Interventor Federal no Piauí, além de outras autoridades de variados setores, médicos, enfermeiras e crianças. Segundo a reportagem escrita “É o primeiro lactário organizado

em Teresina. A criança já vem do ambulatório com o regime prescrito. No lactário somente se distribuirá a cada criança a quantidade necessária para alimentá-la diariamente, evitando assim desperdício de leite [...].” (CASA DA CRIANÇA, 1943, p. 1). No entanto, é importante perceber que tais ações tinham um caráter limitado, pois conseguiam apenas remediar o problema da infância pobre, mas não tinha o objetivo de resolver efetivamente esse problema, além disso a maior parte das ações beneméritas eram limitadas à capital do Piauí ficando o restante do estado sem esse tipo de assistência.

Essas imagens, bem como outras fotografias, reportagens e discursos dos representantes do governo sobre o tema da benemerência às crianças pobres estão sempre presentes no Jornal Diário Oficial do Piauí. Assim, podemos verificar que essa questão era um tema que suscitava uma preocupação social importante na época. Os governos divulgavam que a atenção à criança pobre era uma questão nacional da qual dependia o projeto de progresso do Brasil em um futuro onde existisse o desenvolvimento. Dessa forma, nas propagandas é divulgada a idéia de que, além de envolver os governos central e local, que iriam coordenar, sistematizar, gerir e fiscalizar os projetos e ações, também a Igreja Católica, os médicos e a sociedade civil, principalmente a parcela daqueles que tinham condições econômicas melhores, e entre esses, as mulheres da alta sociedade que faziam parte da LBA, deveriam integrar esse projeto de proteção infantil, o qual envolvia o amparo às crianças carentes por meio de ações de benemerência.

Podemos entender que todas as imagens fotográficas que foram analisadas tiveram a sua produção em um período de censura, assim “A imagem não é feita por qualquer um. Ela é feita por um homem que ganha a vida fazendo imagens e que obedece a um certo número de regras.” (SORLIN, 1994, p. 5). Nesse sentido, o produtor de imagens dominava um conhecimento técnico específico que fazia com que ele fosse diferenciado entre as outras pessoas, pois era uma época em que a produção de fotografias e sua utilização na imprensa era uma iniciativa inovadora. Mas, ainda assim, os autores das imagens não tinham os seus nomes divulgados, assim como aqueles que escreviam os textos das reportagens que divulgavam as propagandas governamentais. Também é importante observar que, se por um lado a adesão dos fotógrafos na produção de imagens fotográficas de governo ocorreu através das pressões oficiais, por outro lado

também aconteceu, em vários casos, pela própria concordância com o projeto do governo estadonovista.

Assim, consideramos que, segundo Mauad (1996), no caso dos fotógrafos que trabalhavam registrando imagens oficiais, o controle dos meios técnicos de produção de fotografias envolve aquele que detém o meio, mas também o grupo ao qual ele serve, sendo que nesse caso era o próprio governo do estado, uma vez que as imagens fotográficas faziam parte de reportagens do Jornal Diário Oficial do Piauí, que tinha caráter estatal. Dessa forma, ocorria o controle intenso sobre as imagens infantis que deveriam ser produzidas e divulgadas nas reportagens escritas que realizavam as propagandas governamentais.

### *Conclusão*

Assim, entendemos que as propagandas dos governos durante o período do Estado Novo eram utilizadas como forma de convencimento e adesão do povo à proposta de efetivação do projeto revolucionário que transformaria a fisionomia econômica, social e política do país. Nesse sentido, os representantes do poder constituído no período de 1937 a 1945 buscaram a legitimação de setores mais amplos da sociedade por meio da utilização das imagens de crianças em propagandas veiculadas em jornais escritos.

A utilização das fotografias de crianças em reportagens sobre o governo do Estado Novo, divulgadas no Jornal Diário Oficial do Piauí, são constantes no período. Esse tipo de propaganda política servia para promover a esperança na concretização de um projeto de desenvolvimento para o país em um futuro próximo por meio do investimento no amparo da criança. Nesse sentido, a interventoria piauiense esteve de acordo com o projeto defendido por Getúlio Vargas para o Brasil, uma vez que divulgava, por meio das imagens fotográficas, que estavam sendo realizados investimentos que promoviam a proteção da infância com a oferta de educação pública, serviços de saúde financiados pelo Estado e assistência à pobreza.

Dessa forma, podemos ainda concluir que as propagandas políticas utilizando a imagem fotográfica das crianças em reportagens do Estado Novo no jornal de caráter oficial do Piauí funcionavam para incitar no povo a confiança no regime político, para

realizar o convencimento em uma transformação da nação e causar admiração acerca das ações do governo, que estariam, supostamente, encaminhando o país na direção do progresso, ou seja, ocorreu um investimento consciente na busca da legitimidade do governo ditatorial de Getúlio Vargas entre os piauienses. Assim, durante todo o tempo é o Estado que é referido nas fotografias analisadas, tentando mostrar que as decisões tomadas estariam encaminhando todos os brasileiros na direção do progresso que significaria um novo começo para o país.

### *Referências bibliográficas*

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Tempo do Nacional-Estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. FGV: 1999.

CAMPANHA da Solidariedade. *Diário Oficial*, Piauí, ano XI, n. 191, p. 4, 28 de ago. de 1941.

CASA DA CRIANÇA. *Diário Oficial*, Piauí, ano XIII, n. 128, p. 1, 02 de dez. de 1943.

CONCURSO de robustez infantil. *Diário Oficial*, Piauí, ano XII, n.70, p.16, 28 de mar. de 1942.

FREITAS, Artur. História e imagem artística: por uma abordagem tríplice. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. IN: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. O redescobrimto do Brasil. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. A representação de classes na Constituinte de 1934. IN: GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LACERDA, Aline Lopes de. “A obra getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1996.

O DIA da Bandeira. *Diário Oficial*, Piauí, ano XI, n. 256, p. 12, 18 de nov. de 1941.

SEMANA da Criança. *Diário Oficial*, Piauí, ano XIII, n.127, p.1, 16 de out. de 1943.

SEMANA da Criança. *Diário Oficial*, Piauí, ano XIV, n. 127, p. 1, 17 de out. de 1944.

SEMANA da Criança. *Diário Oficial*, Piauí, ano XIV, n. 128, p. 3, 20 de out. de 1944.

SEMANA do presidente. *Diário Oficial*, Piauí, ano XIV, n. 48, p. 2, 20 de abr. de 1944

SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas: as imagens, testemunhas da história. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Tempo do Nacional-Estatismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.